



O BEHAVIORISMO METODOLÓGICO E SUAS RELAÇÕES COM O MENTALISMO E O BEHAVIORISMO RADICAL 1¹

MARIA AMÉLIA MATOS
(Dept. Psicologia - USP)

O Behaviorismo surgiu, no começo deste século, como uma proposta para a Psicologia tomar como seu objetivo de estudo o comportamento ele próprio, e não como indicador de alguma outra coisa, ou seja, como indício da existência de um fenômeno que se expressaria através do comportamento. Surgiu como reação às posições, então dominantes, de que a Psicologia deveria estudar a mente ou a consciência dos homens.

Na Idade Média, a igreja explicava a ação, o comportar-se pelo homem pela posse de uma alma. No início deste século, os cientistas o faziam pela existência de uma mente. As faculdades ou capacidades da alma agiriam como pulsões sobre o homem, e assim, impulsionando-o à ação, explicariam seu comportamento. Objetos e eventos criariam idéias nas mentes dos homens e estas impressões mentais controlariam suas ações, organizando-as ou gerando-as. Na verdade ambas são posições essencialmente similares, por dualistas e causais: o homem é concebido como tendo duas naturezas, uma divina e uma material, ou uma mental e uma física, e a divina (ou mental, dependendo do século em que situemos nossa análise) determina o modo de ação da material e física.

Contudo esta é uma posição difícil, conflitante, porque necessita que se demonstre como essas naturezas contatam, já que estão em planos diferentes. Note-se, além disso, a circularidade do argumento: ao mesmo tempo em que essa alma, mente ou idéias causavam e explicavam o comportamento, esse comportamento era a única evidência desta alma ou desta mente.

Aceitando essa posição mentalista o acesso às idéias ou imagens mentais se faria somente através da introspecção, que seria então revelada através de uma ação, gesto ou, mais frequentemente, da palavra. Temos aqui um modelo estritamente causal e mecanicista do comportamento humano.

(a) o indivíduo passivo recebe impressões do mundo;
(b) estas impressões são estampadas em sua mente constituindo sua consciência;
(c) que é, então, a entidade ou agente responsável pelas ações desse indivíduo (em outras versões a consciência seria o local onde ocorreriam determinados processos que, por sua vez, seriam os responsáveis por essas ações).

Como se vê, os processos cognitivos, tão falados hoje em dia, são, em suas origens, uma forma de Animismo ou Mentalismo. Nosso comportamento seria formentado em nossa cultura por circunstâncias do dia a dia; mas só ocorreria de fato mediante a ação de processos subjacentes de natureza neural, mental, e, por que não, conceitual. A cognição é algo a que não tenho acesso direito, mas que fica evidente no comportamento lingüístico das pessoas, no seu resolver problemas, no seu lembrar, etc. Esquecem-se os cognitivistas,

¹Palestra apresentada no II Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental, Campinas, out/93. Versão revisada encontra-se publicada em: Bernard Rangé (org) *Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*.

Campinas, Editorial Psy, 1995.

que “linguagem” é produto de comportamento verbal; que “solução de problemas” é produto de contingências alternativas, e que “lembrar” é produto de manipulações de estímulos discriminativos (Skinner, 1953 e 1974).

O cognitivista recupera o conceito de consciência quando afirma estados disposicionais e/ou motivacionais que poderiam ser modificados de fora (via “instruções” ou “informações”) ou de dentro (via decisões, organizações ou até mesmo via “auto-controle”), como produto de reestruturações cognitivas alcançadas por trocas verbais. Em outras palavras, o comportamento verbal do outro é decodificado e reorganizado por mim, seu ouvinte, modificando minha maneira de ver um fenômeno ou avaliar uma pessoa. Estes estados disposicionais assim modificados, agiriam então afetando e modificando comportamentos expressos de minha parte em relação a esses eventos pessoais. Por outro lado, através de meu relato verbal, versão moderna da introspecção, o outro pode ter acesso a essas decodificações e reestruturações, isto é, acesso às minhas cognições.

De fato, sugestões, crenças, lembranças, disposições são importantes formas de se comportar, são classes de respostas; não eventos mediacionais, não causas do comportamento. Até posso aceitar o termo consciência como uma metáfora, como um conceito equivalente a repertório comportamental. Mas, rejeito consciência como *self*, como agente decisor, causador, ou mediador do comportamento; e rejeito também mente e consciência como espectadoras do mundo e como representações desse mundo.

Diziamos que o Behaviorismo surgiu em oposição ao Mentalismo e ao Introspeccionismo, mas, de fato, isso só é verdade na obra de behavioristas clássicos como Watson e Guthrie. Em fins do século passado a ciência de modo geral começou a colocar uma forte ênfase na obtenção de dados ditos objetivos, em medidas, em definições claras, em demonstração e experimentação. Esta influência se fez sentir na Psicologia, no começo deste século, com a proposta behaviorista feita por Watson: "Por que não fazemos daquilo que podemos observar, o corpo de estudo da Psicologia?" (é curioso notar que esta proposta é geralmente atribuída a uma obra que se denominaria “O Manifesto Behaviorista”, como se este fosse um único documento; na verdade, o Manifesto corresponde a várias publicações, das quais se destacam o artigo de 1913 e o livro de 1924).

A proposta de Watson incluía:

- estudar o comportamento por si mesmo;
- opor-se ao Mentalismo, e ignorar fenômenos como consciência, sentimentos e estados mentais;
- aderir ao evolucionismo biológico e estudar tanto o comportamento humano quanto o animal, considerando este último mais fundamental;
- adotar o determinismo materialístico;
- usar procedimentos objetivos na coleta de dados, rejeitando a introspecção;
- realizar experimentação controlada;
- realizar testes de hipótese de preferência com grupo controle;
- observar consensualmente.
- evitar a tentação de recorrer ao sistema nervoso para explicar o comportamento, mas estudar atentamente a ação dos órgãos periféricos, dos órgãos sensoriais, dos músculos e das glândulas.

Além disso, para Watson, todo o comportamento de interesse é comportamento aprendido e as causas do comportamento devem ser buscadas em seus antecedentes imediatos (exigindo, portanto uma contigüidade espaço-temporal entre esses antecedentes e o comportamento).

Notem que estamos aqui diante de duas vertentes: uma filosófica (expressa nas quatro primeiras frases) e uma metodológica (expressa nas demais), que, por sua vez refletem a influência de várias tendências sobre o pensamento científico geral da época, influência essa que se iniciou no final do século passado estendendo-se até o começo deste. Dentro destas tendências destacam-se:

1. **O Positivismo Social de Auguste Comte**

Considerando que a ciência é uma atividade do homem, e o homem um ser social, postula a natureza social do conhecimento científico, rejeita a introspecção e estabelece como critério de verdade o observável consensual, isto é, o observável partilhado e sancionado pelo outro.

2. **O Positivismo Lógico do Círculo de Viena**

Considerando que eu só tenho acesso à informação que meus sentidos me trazem, não posso ter informações sobre minha consciência, cuja natureza difere da de meu corpo. É verdade que não posso negá-la, mas também não posso estudá-la. (É interessante que esta influência também levou ao idealismo e ao subjetivismo: já que não tenho acesso a nada senão minhas sensações, o mundo não existe, somente minhas impressões dele, só minhas idéias são reais).

3. **O Operacionismo**

É um resultado direto da influência do Positivismo Lógico sobre a Física. Afirma que, se somente tenho acesso às informações que meus sentidos trazem, então a linguagem pela qual expresse e estruture essas informações é o mais importante em ciência. Assim, a definição dos conceitos é fundamental, e definir é descrever as operações envolvidas no processo de medir o conceito. Essa descrição deve ser objetiva e referir-se a termos observáveis ou deve ser redutível – através de operações lógicas – a tais termos. [*em contraste, note-se a posição de Skinner (1945), para quem definição operacional resume-se a uma análise funcional do comportamento verbal envolvido nos termos a serem definidos (Day, 1980,1983)*].

"Observação", pois, tornou-se um termo e uma operação fundamental para o Behaviorismo: ela define a categoria "comportamento", seu objeto de estudo. Comportamento é o observável e, por definição, observável pelo outro, isto é, externamente observável. Comportamento, para ser objeto de estudo do behaviorista, deve ocorrer afetando os sentidos do outro, deve poder ser contado e medido pelo outro.

Dai dizer-se que em observação o que importa é a concordância de observadores, e portanto, a necessidade de um treino rigoroso nos procedimentos de registro e análise. Esta ênfase no procedimento de medida, na operação de acessamento levou mais tarde a que se comunicasse a aderência a estas características de BEHAVIORISMO METODOLÓGICO.

Mas o que é comportamento? E é aqui que as coisas começam a apresentar problemas.

Comportamento não era visto, no século passado, como mais uma função biológica, isto é, própria do organismo vivo, e que se realiza em seu contato com o ambiente em que vive, como o respirar, o dirigir.

Dentro de uma Física newtoniana mecanicista da época, todo fenômeno devia ter uma causa (uma concepção funcionalista falaria em condições), e como Watson rejeitava a mente como causa, se a causa do comportamento não poderia ser a mente, então esta deveria ser algo externo ao organismo, a saber, o Ambiente. Na verdade Watson não se libertou da concepção dualista de homem. Se para a Escolástica o corpo precisa ser animado pela alma, e para o Mentalismo o comportamento é expressão da mente, para Watson ele é produto da instigação do estímulo.

A palavra "estímulo" veio de Pavlov (outra influência sofrida por Watson e os behavioristas que o sucederam) e referia-se tanto à ação de uma fonte de energia sobre o organismo, quanto à operação realizada pelo experimentador em seu laboratório.

“Uma parte ou mudança em parte do mundo físico que causava no organismo ou parte do organismo a resposta”, como diriam mais tarde Keller e Schoenfeld (1950). Essa mudança observável no organismo biológico (especialmente no seu sistema muscular e/ou glandular) seria para o behaviorista o comportamento. A manipulação experimental por excelência seria a reprodução desse modelo: a operação $S \rightarrow R$ (onde S operacionaliza o Ambiente; R, o Comportamento; e a flecha, a Ação Desencadeante, ou Causa). Esta seqüência experimental a tal ponto marcou esta posição que o Behaviorismo Metodológico ficou sendo conhecido como “a Psicologia S-R, ou, de modo mais caricato, e referindo-se a aquilo que mediam e observam, “a Psicologia da contração muscular e da secreção glandular”.

O modelo causal e a posição dualista do Behaviorismo Metodológico foi retido por alguns Behavioristas que, não obstante, rejeitaram o Ambiente como o *locus* da ação causal, colocando esta causa de novo no próprio organismo. Para esses autores o modelo $S \rightarrow R$ do Behaviorismo clássico parecia inadequado, pois o estímulo e as respostas nem sempre ocorriam de maneira tão mecânica e preditiva. Certamente que variáveis do organismo, como sua fisiologia, sua neurologia, e a própria percepção desses estímulos era importante. Entre estes autores se destacaram Hull, Mowrer, Spence, Woodworth e Tolman. Eles representam uma tentativa de incluir na proposta behaviorista variáveis orgânicas que mediarão a relação $S \rightarrow R$, isto é, variáveis que não seriam diretamente observáveis mas que eram postuladas como necessárias para garantir uma explicação mais abrangente do comportamento. Enquanto Hull se apoiava fortemente na motivação e em termos como “força de hábito” e mecanismo de intensidade do estímulo”, Tolman foi mais além formalizando o uso de variáveis intervenientes e usando expressões como “mapa cognitivo”, etc. Aos poucos estes e outros behavioristas foram adotando posturas mais e mais mediacionistas, usando termos teóricos e recorrendo a construções como fatores de oscilação, interações neurais aferentes, ansiedade, predição etc. Para esses estudiosos do comportamento o comportamento se explicaria e se estudaria através de uma cadeia causal de processos encadeados: eventos antecedentes, provavelmente no ambiente externo ao organismo, que desencadeiam processos mediacionais centrados no organismo, que por sua vez controlam o comportamento; por essa razão são também denominados behavioristas metodológicos mediacionais ou, mais modernamente, behavioristas cognitivas.

Na verdade, já em suas raízes, o Behaviorismo Metodológico era mediacionista. Quando Watson propôs uma Psicologia $S \rightarrow R$, ele estava se apoiando no modelo do arco reflexo de Lashley e Pavlov para explicar a relação observada S-R. Ele estava manifestando sua adesão a um modelo de causação antecedente exclusiva (R causada ou desencadeada por S) mediada pelo SNC (Sistema Nervoso Central, ou, como alguns críticos preferiam, dado o modo laxo com que o termo era empregado, Sistema Nervoso Conceitual). Assim, podemos dizer que o Behaviorismo Metodológico, clássico ou mediacionista, ao tomar estados ou processos e/ou neurais, hipotéticos ou inferidos, como supostas causas do comportamento, ironicamente, se posicionava como um legítimo defensor do Mentalismo (e, nesse sentido, Skinner fez a si um desfavor ao usar a expressão behaviorista, ao identificar-se como um behaviorista radical).

O conhecimento psicológico pois, consistiria em uma elaborada construção teórica, inferencial, sobre a natureza desses processos mediadores a partir de dados comportamentais. O problema é que em geral esses processos inferidos, esses termos teóricos eram depois utilizados para explicar o comportamento (ou eram considerados seus determinantes). Estes autores adotam uma postura conhecida como organocêntrica, pois residindo no organismo as chamadas “forças causais” do comportamento, é ele, o organismo (ou mais propriamente, o Homem) o seu centro de atenções e origem de explicações. “O comportamento é tão somente uma manifestação da ação do Sistema Nervoso Central”; “O comportamento é tão somente uma indicação da ação das Emoções e/ou do Pensamento e/ou da Memória e/ou da Motivação”; “O comportamento tem bases

instintivas”, ou finalmente, “O comportamento é uma expressão do *Self*, estas são frases comuns hoje em dia entre cientistas do comportamento que se identificam com o Behaviorismo Metodológico, em qualquer de suas versões, sejam psicofisiólogos, neurólogos, etólogos ou os chamados “behavioristas cognitivistas”. Na verdade são autores que, recusando o nome de behavioristas metodológicos (com o que certamente Watson concordaria!), não obstante partilham com eles o que de menos avançado eles apresentam: um modelo causal do comportamento, uma posição dualista, mecanicista, e de dependência unidirecional. Como vemos, iniciaram com uma prática de usar inferências como explicações (a justificativa era que tais termos inferenciais poderiam ser reduzidos a eventos observáveis (como as operações de privação, repetição de tarefa, exposição pré-experimental à tarefa etc.); aos poucos se deslocaram para interpretações baseadas em variáveis intermitentes, e terminaram com constructos hipotéticos.

Um parêntese. É importante lembrar que o behaviorista radical, posteriormente, recuperará o ambiente, como instância privilegiada onde o cientista busca variáveis e condições das quais o comportamento é função (vide Skinner, 1969, 1974, 1966, 1981; Matos, Machado, Ferrara, Silva, Hunziker, Andery, Sérgio e Figueiredo, 1989). Assim como Darwin se afasta de uma explicação causal e creacionista sobre a origem do homem, adotando uma visão selecionista onde o ambiente tem papel fundamental; assim o modelo de seleção pelas conseqüências de Skinner desnecessita de causas e agentes causais. A seleção natural, a nível filogenético, responde pelos reflexos e padrões típicos de espécies, bem como pela sensibilidade a contingências; a seleção natural, a nível ontogenético, e a cultural, a nível de práticas sociais, respondem por operantes e respondentes modificados. A cadeia causal, unidirecional e mecanicista, é substituída por uma malha de relações de caráter internacionista e histórica.

A título de exemplificação e exercício do que dissemos acima, analisemos cinco descrições de meu comportamento, contidas nas frases a seguir:

Frase 1. Eu estou falando.

Frase 2. Eu escrevi esta palestra.

Frase 3. Eu vejo vocês.

Frase 4. Eu estou com sede.

Frase 5. Eu estou com dor dente.

Enquanto *falo*, vocês estão vendo mudanças que ocorrem em meu organismo (mudanças em minha expressão facial, meus gestos e posturas etc.) e ouvir o produto destas e de outras mudanças, algumas não diretamente observáveis (a passagem de ar pelas minhas cordas vocais, a movimentação destas etc.), isto é, vocês podem ouvir os sons da minha fala.

Vocês não viram meu comportamento de *escrever* este texto, mas se concordarmos sobre um tipo de operação que define o escrever (“deslocamento de minha mão segurando um objeto por sobre uma superfície deixando nela inscrições”), vocês também concordarão que este produto do “meu escrever”, (ou seja, as inscrições neste papel) é uma evidência.

Contudo, qual é a evidência consensual da frase 3? Ninguém vê ou ouve o meu “*ver*” senão eu mesma; e o meu ver só tem produtos para mim, isto é, esses produtos são aquilo que vejo (Skinner, 1945 e 1957). Alguém poderia alegar que um filósofo poderia invadir meu organismo e registrar mudanças químicas na minha retina, e mudanças eletroquímicas no meu sistema nervoso central, paralelamente à minha fala da frase 3. Mas isto não é “*ver*”! Isto são registros paralelos em outros níveis de funcionamento do meu

organismo. No entanto, o behaviorista metodológico (clássico ou mediacionista) aceitaria esta frase como um bom exemplo de descrição do comportamento de ver, tanto quanto aceitaria meu registro da salivação de um cão como evidência desta salivação. Meu registro equivaleria a duas evidências: que vi o cão salivar, e, mais ainda, que o cão salivou! Este registro seria aceito porque outras pessoas também poderiam relatar ter visto o cão salivar, isto é, a salivação de um cão é observável consensualmente, assim como também aceitariam que vejo vocês aqui se outras pessoas relatassem o mesmo fato. Mas o que está em pauta aqui não é o “salivar de um cão”, e sim o “meu ver” essa salivação; não é a presença de vocês e sim aquilo que tomo como evidência dessa presença o meu ver. Este é um ponto difícil, já que somente eu posso ter acesso a meu ato de ver (dito em outras palavras quando eu vejo um cão salivando, eu vejo o cão salivando, e eu me vejo vendo).

Esta contradição não foi resolvida pelo Behaviorismo Metodológico: um comportamento que, em si, não é observável direta e consensualmente e, portanto, não poderia ser objeto de estudo do behaviorista metodológico, toma-se, não obstante, fonte de dados para a construção da ciência deste behaviorista!

Quanto à frase 4, ela não se refere a qualquer evidência observável exatamente, não implica em produto, ou referenciais externos acessíveis ao outro. Neste momento, novamente, o Behaviorismo Metodológico se deixa contaminar pela fisiologia, (versão na qual subsiste até hoje, especialmente nos estudos Psicofarmacologia e Psicobiologia). A teorização agora se dá num outro nível de observação que não o do comportamento e inferências são feitas sobre eventos que estariam ocorrendo nesse outro nível, usando o comportamento como evidencia para apoiar estas inferências. "Eu posso invadir o organismo e medir o equilíbrio hídrico dos tecidos do meu corpo, não da minha sensação! Não do meu comportamento de sentir! (Alguns leitores poderão estranhar minha expressão “comportamento de sentir”. Mas, ocorre que nossa linguagem é vastamente enviesada! Eu deveria dizer simplesmente "do meu sentir"; mas o termo “sentir” esta culturalmente tão subordinado a estados afetivos e/ou a conteúdos mentais – como sentir emoção, sentir dor, sentir alguma coisa –, que tenho a necessidade de clarificar dizendo “comportamento de sentir”. Mas isso não quer dizer que há um comportamento e um sentir, ou que comportamento e sentir são fenômenos diversos. Sentir é um comportamento, uma maneira do organismo funcionar em determinadas condições, assim como correr é uma outra maneira dele funcionar, em outras condições).

A propósito do que acabamos de dizer, um novo parênteses: Diante de um verbo de ação nossa tendência é perguntar pelo agente “Que corre?”, e a resposta é sempre um nome ou pronome “Eu corro!”. Isto não produz reações contrárias nos ouvintes, embora alguém possa resmungar sobre o fato que “correr” seja um subproduto da movimentação das pernas sobre o fato que “correr” seja um subproduto da movimentação das pernas sobre um substrato físico. Se pergunto quem lava o carro ou vê o por-de-sol, também não há dúvidas quanto às formas possíveis de resposta, e para cada uma delas a língua portuguesa tem uma expressão própria e exclusiva. Igualmente se perguntarmos a alguém “Quem respira?”, a resposta será um nome ou pronome, embora médicos e fisiólogos rejeitam a pergunta como sem sentido cientificamente “Não há um ‘quem’ que respira! Respirar é uma função do organismo vivo!”. Do mesmo modo, para o digerir não há um “quem”, e só de uma forma muito restrita pode-se dizer que o estômago digere. Este é um processo que envolve todo o organismo. Mas pensemos agora nas perguntas “Quem sente dor?”, “Quem está alegre?”. Jamais as respostas poderiam ser “Eu alegreiro!”, ou “Eu doreio!”. Os verbos a serem conjugados – por imposição cultural – nesses casos é “sentir” ou “estar”! Assim como existe um carro para ser lavado e um alimento para ser digerido, eu respondo a estas ultimas perguntas como se existisse uma dor ser sentida, ou uma alegria para ser “estada”. Mas isso é apenas uma dificuldade lingüística – que não obstante cerceia enormemente minha maneira de pensar –, pois deixa implícito que há alguma coisa para ser sentida, isto é, uma estado de minha alma ou o conteúdo de minha mente. Dor e alegria são falsos substantivos,

na verdade eles só existem enquanto verbos, eu doreio e eu alegreio, sim! Dor e alegria não são coisas do ambiente, são formas de me comportar, são exemplos do meu comportamento. Não há uma caixa cheia de dor, a qual eu abro para contemplar ou sentir; nem um guarda-roupa do qual eu retire uma blusa de alegria e com a qual visto meu estar. Mas nossas práticas culturais insistem que a alegria está lá, que eu a experimento como a um pedaço de bolo, que ela toma conta de mim como um vendaval, que ela não é uma forma particular de interação com o ambiente! Com verbos que denotam funções fisiológicas básicas, meu corpo é considerado o agente, ou, para uma audiência mais sofisticada, é o palco onde estas funções ocorrem. Com verbos que denotam funções motoras ou sensoriais, o eu é o agente. Mas, com relação a verbos que denotam funções emocionais ou perceptuais a linguagem me impede de interagir com o ambiente; no Maximo ou interajo com a dor, com a alegria, com minha memória, com o conteúdo dos meus pensamentos, com minhas idéias, cognições etc.

Notem como o behaviorista metodológico começa a escorregar nas frases 3 e 4, e a apresentar rachaduras em seu modelo. Ele não tem duvidas quanto ao seu critério de objetividade das frases 1 e 2; os observadores referem-se a mudanças no organismo e/ou ao produto dessas mudanças. Na terceira frase ele titubeia e acaba dizendo que a referência é o objeto sobre o qual incide o comportamento (“aquilo que é visto”, no caso). Na quarta frase ele muda seu objeto de estudo, deixando a Psicologia, mas não muda sua insistência num critério social de verdade. Finalmente, quando chega a ultima frase (“Eu estou com dor de dente”) seu veredicto é “Análise impossível. Referencial não acessível. Fenômeno recusado”.

Mas, assim como eu vejo vocês – e este é um comportamento meu que não é observável por vocês – , também é verdade que eu sinto sede e sinto dor de dente! Assim como vocês não podem observar o "meu ver vocês", vocês não podem observar "meu sentir sede", e também não podem observar "meu sentir dor-de-dente". Isto contudo não torna estas sensações menos reais para mim. E é aqui que começa a ficar evidente uma primeira e fundamental diferença entre o Behaviorismo Radical, proposto por Skinner, e aquele praticado pelos behavioristas metodológicos: o eu, não o outro é quem constrói o conhecimento (embora a linguagem com que o faz, Skinner reconhece, seja social e histórica).

Influenciado pelo Positivismo Lógico, Skinner aceita que o que existe para um indivíduo, existe; e daí ele aceitar e defender uma metodologia do N=1. Mas, para não cairmos no subjetivismo ou no idealismo, é importante analisarmos as evidências desta existência do mundo (ou de um evento) é a experiência do observador e a tarefa da ciência é analisar esta experiência. Skinner inclui, como essencial ao processo de construção do conhecimento científico a análise da experiência do cientista. Essa aliás é uma das razões porque Skinner atribui tamanha importância do estudo do comportamento verbal: a análise do comportamento verbal permita o estudo das circunstancias em que a experiência, isto é, o trabalho do cientista se dá, e assim, permitiria seu entendimento e eventual controle.

Ora, ocorre que a experiência que alguém tem de uma situação é um evento privado. E é assim que Skinner aceita estudar a experiência, como um evento comportamental privado. Para Skinner o estudos de eventos encobertos inclui legitimamente dentro do campo de estudos da Psicologia como uma ciência do comportamento (Skinner, 1945 e 1963). Assim ele é radical em dois sentidos: por negar radicalmente (i.e., negar absolutamente) a existência de algo que escapa ao mundo físico, isto é, que não tenha uma existência identificável no espaço e no tempo (como a mente, a consciência e a cognição); e por radicalmente aceitar (i.e., aceitar integralmente) todos os fenômenos comportamentais. O behaviorista metodológico não nega a existência da mente, mas nega-lhe *status* científico ao afirmar que não podemos estudá-la pela sua inacessibilidade (pelo mesmo argumento, ele nega *status* científico às emoções, sensações, pensamento, e demais eventos privados,

sem negá-los). O behaviorista metodológico mediacionista explica o comportamento pela mente, e apresenta aquele como evidencia desta; explicar o comportamento.

Já o behaviorista radical nega a existência da mente e assemelhados, mas aceita estudar eventos internos! Esta posição de Skinner se insere dentro da tradição do Positivismo Lógico, mas ao mesmo tempo se constitui num desvio desta forma de positivismo, talvez por ter sido mais influenciado por Mach que por Bridgman, e mais por Wittgenstein que por Carnap (Smith, 1986). Já que só temos informação do mundo pelos nossos sentidos, por que excluir as sensações do mundo interno e privilegiar as do mundo externo? Por que o critério de objeto da ciência deveria ser dado pela natureza do sistema sensorial envolvido? (Note-se que aqui Skinner quebra a equação $\text{Eventos Internos} = \text{Eventos Mentais}$, típica Cognitivo”).

Nesse sentido, Skinner (embora reconhecendo a dificuldade de se ter acesso ao primeiro) não separa mundo interno de mundo externo. E é por esta razão que, para ele comportamento não são movimentos do corpo, e sim interações Organismo-Ambiente (não esquecendo que Ambiente é tudo aquilo que é externo ao Comportamento, não importando se é um piscar de luz, um desequilíbrio hídrico, um derrame de adrenalina, ou um objeto ausente associado a um evento presente; não importando se sua relação com o comportamento é de contiguidade espaço/temporal (o que, não obstante, é exigido pelo mecanicismo do behaviorismo metodológico para explicar a troca de energias), ou não. É por isso que para Skinner não existe comportamento (não existe no sentido de “não podemos entender”) sem as circunstâncias em que ocorre; assim como não tem sentido falarmos em “Circunstâncias”, sem a especificação do comportamento que elas circunstanciam.

Mas, porque afinal o behaviorista metodológico rejeita estudar eventos privados se reconhece sua existência? Porque dá importância filosófica à diferença na localização – interna vs. externa – de um evento; porque praticamente equaciona eventos internos com eventos mentais; mas, principalmente, porque rejeita a introspecção? (Lelgland, 1992). A introspecção é rejeitada por Watson pelo obscurecimento que produz na distinção entre objeto e método da Psicologia. Como estudar a consciência enquanto objeto, se o único modo de fazê-lo é pelo exercício dessa própria consciência enquanto método? Já Skinner aceita a introspecção, mas rejeita a consciência! Porém note-se que ela aceita a introspecção não como método, e sim como objeto de estudo: a introspecção seria um comportamento verbal emitido sob controle de eventos internos, porém instalado pela comunidade verbal sob controle de eventos externos. E rejeita a consciência por uma razão de coerência: por ser um evolucionista Skinner não aceita a limitação, imposta pela introspecção como método do comportamento animal.

Para o behaviorista metodológico, a evidência de que vejo vocês é que os outros vêem; a evidência de que vocês existem é que outros vêem vocês; e a possibilidade de ver vocês é que vocês estejam presentes no momento de meu ver. A evidência da existência do comportamento e do mundo, e a própria natureza do conhecimento que tenho deles, é a experiência partilhada.

Para o behaviorista radical a evidência de que vejo vocês é meu comportamento diante da circunstância “vocês”. Do mesmo modo, a evidência de que vocês existem também é meu comportamento. E nem é preciso que vocês estejam presentes para que eu reaja ou “veja” vocês, na verdade nem é preciso que vocês existam (ver Skinner, 1945, e especialmente a belíssima análise da metáfora do escorpião negro² no segundo epílogo de “Two Personal Epilogues”, em *Verbal Behavior*).

Para o behaviorista metodológico, o louco e o mentiroso são associados por não partilharem das experiências do outro. Para o behaviorista radical, o louco se comporta na

² A citação da autora pode ser encontrada em Skinner, B. F. (1978) *O Comportamento Verbal*, Ed. Cultrix: São Paulo, p. 542.

ausência da coisa vista, tal como eu o faço em sonhos, nas minhas memórias e fantasias. Talvez ele faça com maior frequência do que eu, MS ambos o fazemos de acordo com as mesmas leis. Estamos ambos sob o controle de outras contingências que não exclusivamente as de aqui e agora. *Mutatis mutantis*, o mesmo se aplica ao mentiroso.

Mas atenção! Dizer que estou observando eventos internos não equivale a dizer que estou observando minha mente ou minha consciência. Equivale a dizer que estou observando meu próprio corpo e seu funcionamento. Ao observar meus comportamentos encobertos utilizo os mesmos recursos que utilizo ao observar meus comportamentos manifestos, ou os comportamentos manifestos de outrem, ou a tela de vídeo do meu computador etc.

Dizer que tenho dor de dente não é evidência da existência de uma dor de dente; não é relato da dor de dente; é um comportamento verbal que precisa ser analisado e interpretado à luz das circunstâncias em que ocorre. É uma verbalização que emito na primeira pessoa do singular na presença de determinadas sensações internas; que meu dentista gaúcho emite na segunda pessoa na presença de determinadas condições da minha gengiva e/ou de meu dente; mas que eu também posso emitir na presença de uma tarefa aborrecida que não desejo executar. Analisar estas verbalizações e as condições (antecedentes e consequentes) em que elas ocorrem, pode ser considerado um modo de começar a estudar minhas sensações, isto é, meus comportamentos encobertos. Mas, dada a natureza, - verbal -, desse comportamento, e dadas as condições de sua aquisição, a tarefa não será fácil (Malerbi e Matos, 1992).

Estudar eventos privados é uma tarefa que o behaviorista radical considera requisito essencial para entender o comportamento humano. A análise desses eventos não precisa ser colocada sob critérios sociais; para o behaviorista radical basta um observador, o próprio sujeito. Mas os dados dessa observação precisam ser replicáveis, e os conceitos que utilizados na análise do comportamento em geral (Matos, 1990).

Acredito que a concepção de comportamento encoberto, assim como a de comportamento verbal, seja prototípica da posição skinneriana sobre o comportamento como uma unidade interativa. Nestas duas concepções, mais que em qualquer outro exemplo, definitivamente não posso separar Condições Antecedentes – Ações – Condições Consequentes. Evento interno pode ser uma mudança no ambiente interno, produzida quer por outras mudanças no ambiente interno ou externo ou em ambos, ou pode ser uma reação a essas mudanças. Algumas vezes posso identificar seu antecedente remoto externo, mas seu ambiente imediato e interno se mescla, irremediavelmente, com o evento comportamental ele próprio.

O Behaviorismo Radical exercita-se através de uma interpretação de dados obtidos através da investigação sistemática do comportamento (o corpo desta investigação propriamente dita é a Análise Experimental do Comportamento). Esta interpretação volta-se para a descrição de relações funcionais entre Comportamento e Ambiente (isto é, relações entre descrições de ações dos organismos e descrições das condições em que essas ações se dão). Não busca explicações realistas ou de causa-efeito, e sim relações funcionais ou leis que expressem sequências regulares de eventos, e que eventualmente poderão ser descritas por funções matemáticas.

O behaviorista radical rejeita o mentalismo por ser materialista e evolucionista; em seu naturalismo não há espaço para o dualismo por acreditar que o comportamento é uma função biológica inerente ao organismo vivo, não necessitando de justificativas ulteriores. Acredita que, assim como não invoco a mente para explicar o respirar; assim como não explico a digestão por processos cognitivos; assim como não explico trocas de oxigênio/gás carbônico no sangue pela consciência, por que explicaria o correr, ver, sentir etc. pela mente, consciência ou cognição?

O behaviorista radical propõe que existam dois tipos de transações entre o Comportamento e o Ambiente:

- a) consequências seletivas, que ocorrem após um comportamento e que modificam a probabilidade futura de ocorrerem comportamentos equivalentes, isto é, da mesma classe;
- b) contextos que estabelecem a ocasião para o comportamento ser afetado por essas consequências (e que, portanto ocorreriam antes do comportamento) e que igualmente afetariam a probabilidade futura de ocorrência de comportamentos equivalentes.

Estas duas classes possíveis de interações são denominadas "contingências" e constituem as duas classes conceituais fundamentais para o trabalho de descrição e análise do comportamento para Behaviorista Radical. Relações funcionais são estabelecidas na medida em que registramos mudanças na probabilidade de ocorrência dos comportamentos que procuramos entender em relação a mudanças quer nas consequências, quer nos contextos, quer em ambos.

Por lidarmos com explicações funcionais e não causais, o importante é coletar informações ao longo do tempo, isto é, informações repetidas do mesmo evento e com os mesmos personagens (o behaviorista metodológico, tanto na versão clássica como mediacional, prefere observações pontuais em diferentes sujeitos, ou seja, o estudo em grupo, o que leva à estatística para descrever e/ou anular a variabilidade. Para o behaviorista radical isto é uma heresia, de vez que estou tentando estudar a experiência daquele particular sujeito). Ao coletarmos registros ao longo do tempo devemos comparar o sujeito consigo mesmo, sua história passada é sua linha de base. A interpretação do behaviorista radical é sempre histórica.

Contudo para certas variáveis, em determinados contextos, é possível descrever funções semelhantes para diferentes indivíduos. Isto ocorre, já que indivíduos de uma mesma espécie partilham de um mesmo conjunto de contingências filogenéticas, e indivíduos com histórias passadas semelhantes podem estar partilhando de contingências ontogenéticas semelhantes, assim como membros de uma mesma comunidade partilham das mesmas contingências culturais.

Para o behaviorista radical, a mente, as emoções, e o sistema nervoso não seriam os organizadores ou iniciadores do comportar-se. Ao invés de recorrer a mecanismos ou entidades subjacentes ao comportamento (as emoções de Aristóteles, as faculdades da alma Escolástica, a agressão ou a territorialidade da Etologia, os mapas de Tolman, o hábito de Hull, a memória dos neurologos, a reestruturação cognitiva de Mahoney, o *self* de Deese, Bandura e tantos outros), o behaviorista radical pergunta-se muito simplesmente: "Como esse organismo existe em seu ambiente?"

Bibliografia

- DAY, W. F. (1980). *The historical antecedents of contemporary behaviorism*. Em R. W. Rieber & K. Salzinger (Orgs.), *Psychology: Theoretical-historical perspectives*. New York: Academic Press, pp. 203-262.
- DAY, W. F. (1983). *On the difference between radical and methodological behaviorism*. *Behaviorism*, 11, pp. 89-102.
- LELLER, F. S. E SHOENFELD, W. N. (1950). *Principles of Psychology*, New York: Appleton –Century-Crofts (traduzido para o português em 1966, EPU/HERDER Editora)
- LELGLAND S. (organizador) (1992). *Radical Behaviorism: Willard Day on Psychology and Philosophy*. Reno, Ne: Context Press.

- MALERBY, F. E. K. E MATOS, M. A. (1992). A Análise do comportamento verbal e a aquisição de repertórios auto descritivos de eventos privados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8 (3), PP. 407-421.
- MATOS, M. A. (1990). Controle experimental e controle estatístico: a filosofia do caso único na pesquisa comportamental. *Ciência e Cultura*, 42 (8), pp. 585-592.
- MATOS, M. A.; MACHADO, L. M. C. M.; FERRARA, M. L. D.; SILVA, M. T.A.; HUNZINKER, M.H.L.; ANDERY, M.A.P.A.; SÉRIO, T.M.A.P.; E FIGUEIREDO, L. C. M. (1989). O modelo de consequenciação de B. F. Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 5 (2), pp. 137-158.
- SKINNER, B. F. (1945). The operacional analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, pp. 270-277. [publicado também em *Behavior and Brain Sciences*, 1984, 7, (4), pp. 547-553.
- SKINNER, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan.
- SKINNER, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- SKINNER, B. F. (1963). *Behaviorism at fifty*. *Science*, 140, pp. 951-958 [publicado também em *Behavior and Brain Sciences*, 1984, 7 (4), pp. 615-621].
- SKINNER, B. F. (1969). *Phylogeny and ontogeny of behavior*. *Science*, 140, pp. 153, pp. 1205-1213 [publicado também em *Behavior and Brain Sciences*, 1984, 7, (4), pp. 669-711].
- SKINNER, B. F. (1969). *Contingencies of Reinforcement: a theoretical analysis*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall.
- SKINNER, B. F. (1974). *About Behaviorism*. New York: A. Knopf.
- SKINNER, B. F. (1981). *Selection by consequences*, *Science*, 213, pp. 501-504 [publicado também em *Behavior and Brain Sciences*, 1984, 7, (4), pp. 477-510.
- SMITH, L. S. (1986). *Behaviorism and Logical Positivism*, Stanford, Cal.: Stanford University Press.
- WATSON, J. B. (1913). *Psychology as the behaviorist sees it*. *Psychological Review*, 20, pp. 158-177 [publicado também na obra organizada por R. J. Herrnstein e E. G. Boring *Textos Básicos de História da Psicologia*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1971, pp. 626-636].
- WATSON, J. B. (1924). *Behaviorism*. New York: Norton.

